

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 28/Jun

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3222 - Ano 2024

UAI global union

BOA NOTICIA PARA OS VIGILANTES

Vigilantes se reúnem com o relator do Estatuto da Segurança Privada



A CNTV e vários dirigentes de Federações e Sindicatos de Vigilantes do Nordeste, participaram de reunião, ontem, dia 27 de junho, na sede da Fecomercio de Sergipe, a convite do relator do projeto do Estatuto da Segurança Privada, senador Laecio Oliveira.

As notícias são muitas boas, já que agora temos uma real previsão de data para a votação deste projeto, que segundo projeções, poderão abrir cem mil novos empregos de vigilantes e atualizará a lei que rege a atividade e que hoje tem mais de quarenta anos.

Os dirigentes presentes ouviram atentamente quais seriam os próximos passos dentro do processo legislativo do Senado e depois disso, a necessidade de mobilização para que o projeto seja sancionado.

Este projeto é fruto do trabalho do governo, trabalhadores e empresários, pois muito embora não seja a melhor maravilha do mundo, irá abrir a possibilidade para que muitos problemas que temos hoje sejam sanados.

Tivemos a presença de dirigentes de Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e todos tiveram a oportunidade de expressar o quanto os vigilantes estão comprometidos com a mobilização para a aprovação do Estatuto. Pois bem, colegas, nos encontramos no Plenário do Senado Federal, na primeira quinzena de agosto.

Preparem-se.

“Do céu, só cai chuva, o resto é luta!”

FONTE: CNTV



CUT e MPT se posicionam contra PEC no Congresso, que autoriza o trabalho infantil

PEC que libera o trabalho infantil está para ser votada na Comissão de Justiça. Para MPT proposta é inconstitucional e CUT vê exploração para obtenção de mão de obra barata



Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2011, que prevê a liberação do trabalho infantil. Esse projeto faz uma alteração pequena, mas muito grave, no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição que hoje diz que os jovens podem trabalhar a partir dos 16 anos e, sendo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, só a partir dos 18 anos. Entre os 14 e 16 anos, só pode ser realizado o trabalho na condição de jovem aprendiz, ou seja, para a sua formação laboral.

A PEC, cujo relator é o deputado Gilson Marques (Novo-SC), da bancada conservadora e de oposição ao governo federal, muda justamente essa última parte, a de que o jovem entre 14 e 16 anos poderia também não só ser jovem aprendiz como também trabalhar em meio período. A secretária da Juventude da CUT Nacional, Cristiana Paiva Gomes, entende que essa mudança é muito perigosa pois é uma faixa etária que está entrando no ensino médio e técnico, começando a sua formação.

“Existe uma pressão muito grande, principalmente nas famílias mais pobres, para largar os estudos cedo e começar a trabalhar o quanto antes para ajudar nas contas da casa, mas largar a educação vai trazer muito prejuízo para o futuro desse jovem, seja para acesso a melhores condições de trabalho, seja para sua própria percepção enquanto trabalhador e acesso a ferramentas para sua organização e luta por melhores condições de vida e por seus direitos”, afirma Cristiana.

Na visão da Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Luísa Carvalho Rodrigues, o texto da PEC é inconstitucional, por ser incompatível com o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta que envolvem direitos de crianças e adolescentes e também todos os acordos internacionais assumidos formalmente pelo Brasil, que ratificou convenções internacionais para a abolição efetiva do trabalho infantil, e não apenas o que fixa uma idade mínima, mas o de aumentar essa idade mínima progressivamente, não o contrário. O MPT publicou nota técnica contrária à PEC. Leia aqui.

Pela convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a elevação progressiva da idade para o trabalho seria até o final da escolaridade obrigatória, que no Brasil vai até os 17 anos de idade pela Constituição Federal.

“A atual idade mínima é um direito humano da criança e do adolescente e não pode ter nenhuma tentativa de redução. É um direito resguardado por ser uma cláusula pétrea e há uma vedação nesse sentido. O Brasil, inclusive, faz parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas [ONU], para o Desenvolvimento Sustentável, e um dos objetivos dela é justamente a erradicação trabalho infantil”, conta a procuradora.

Incentivo à mão de obra barata

A secretária de Juventude da CUT entende que é preciso que a sociedade entenda os efeitos dessa PEC, seja para a juventude, seja para os trabalhadores em geral, pois nada mais é do que uma tentativa bizarra de tirar os jovens da sala de aula para se tornarem mão de obra barata.

“A ideia do projeto é o de aumentar o desemprego, tentar forçar um desespero na busca por renda na classe trabalhadora, e, de maior lucro para os empresários e isso que não podemos permitir”, diz Cristiana.

Para ela os representantes do neoliberalismo econômico estão incomodados com o governo Lula (PT), que está promovendo o emprego e ampliação da renda com a menor taxa de desemprego em 10 anos e a maior massa salarial desde o início da série histórica.

“Essa combinação de menor taxa de desemprego e maiores possibilidades de capacitação do trabalhador, com as universidades federais e institutos federais, é uma bomba para o capitalismo, pois significa que as trabalhadoras e os trabalhadores têm uma maior força para reivindicar seus direitos, maiores salários e melhores condições de trabalho.

Essa PEC é um ataque coordenado da extrema direita em cima da juventude que vem junto com o PL do estupro, que afeta com mais força as meninas mais novas que sofreram violência sexual. Esses dois projetos, juntos, buscam reverter a sociedade, em termos de como enxergamos as crianças e adolescentes, ao que víamos no começo do capitalismo: meninos pobres trabalhando e meninas pobres tendo que se tornar mães

- Cristiana Paiva Gomes

A coordenadora da Coordinfância diz que as motivações para legalizar o trabalho infantil estão ocultas e não são muito anunciadas, mas ela entende que a PEC se baseia muito em

desinformação, em informações equivocadas ou num desconhecimento mesmo sobre direito da criança e adolescente, sobre legislação e a Constituição. Segundo Luísa, as crianças que estão no trabalho são as de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, de maioria negra, e são os direitos delas que querem violar.

“Há um mito, uma naturalização a respeito do trabalho infantil no nosso país que pode ser sim uma das razões para aqueles que são favoráveis à redução da idade mínima para o trabalho, porque entendem que é melhor que criança e o adolescente estejam trabalhando, em vez de estar, na verdade com seus direitos garantidos. Criança e adolescente tem que estar estudando, brincando e vivendo essa fase da vida de forma plena”, diz.

A inserção precoce de criança e adolescente no trabalho não vai ser uma solução para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O trabalho infantil não só mantém como agrava a exclusão social e a pobreza. Então, o dever constitucional, na verdade, de assegurar os direitos fundamentais é da família, do Estado e da sociedade. E a gente não pode admitir a inversão desses papéis

- Luísa Carvalho Rodrigues

Direito à educação

Para a dirigente da CUT, o jovem em idade escolar não pode ser submetido às pressões financeiras da sua família, por ser esse um momento muito sensível da sua vida, em que vai se formar enquanto cidadã e cidadão, conhecer seus direitos, as possibilidades do mundo.

A juventude brasileira precisa ter acesso a uma educação digna e à diversidade das manifestações culturais, seja para sua formação pessoal e política, seja para a sua formação laboral, defende Cristiana. Segundo ela, um jovem de 14 anos, que ainda está cursando a educação básica, entrando no ensino médio e

técnico, não deve ser pressionado a entrar no mercado de trabalho e abandonar os estudos.

“A aprendizagem, quando bem organizada, tem seu valor, porque é um espaço de desenvolvimento. É uma forma de trabalho, quando tratada com seriedade, que não expõe o jovem ao risco e caminha de mãos dadas com a educação escolar”, diz a secretária de Juventude da CUT.

As políticas públicas como Bolsa-Família e o Programa Pé de Meia vêm exatamente nesse sentido, de estimular a frequência escolar, que o jovem esteja em sala de aula e conviva com os seus, acredita Cristiana.

“A solução para essa pressão financeira não deve ser liberar o jovem para o trabalho sem orientação, mas exatamente expandir as políticas públicas que garantem renda para quem precisa, para que se formem melhores pessoas e trabalhadores mais capazes de demandar trabalho decente e renda digna”, defende.

Entenda

A PEC foi proposta em 2011 e foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na época, pelo ex-deputado federal Paulo Maluf (SP), que apresentou um relatório favorável. No entanto, o texto foi sendo arquivado e desarquivado ao longo dos anos e voltou à tona com a extrema direita na CCJC, de autoria de Dilceu Sperafico (PP-PR) e com a relatoria de Gilson Marques (Novo-SC).

Em 2021, no governo de Jair Bolsonaro mais uma vez tentaram aprovar a PEC do trabalho infantil, mas ela foi barrada pela então oposição.

Outro ataque aos direitos das crianças e dos adolescentes esyá sendo feito pelo deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), que propôs a PEC 2/2020, reduz a idade mínima do trabalho para 13 anos.

Brasil cria 1 milhão de vagas com carteira assinada nos primeiros cinco meses do ano

O total de pessoas trabalhando no Brasil com carteira assinada, alcançou 46,6 milhões, um recorde na série histórica



Foto: ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

O Brasil gerou, nos cinco primeiros meses de 2024, um milhão de empregos com carteira assinada. A marca foi estabelecida com o saldo positivo de 131.811 novos postos formais criados em maio. Com isso, o país chegou, entre janeiro e maio deste ano, a um saldo de positivo de 1.088.955 empregos formais. O total de pessoas trabalhando no Brasil com carteira assinada, alcançou 46,6 milhões, um recorde na série histórica.

Os dados relativos do Novo Caged foram divulgados na tarde desta quinta-feira (27), pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O ministro da Pasta, Luiz Marinho, em coletiva à imprensa, salientou a geração de 2,54 milhões de vagas de trabalho com carteira assinada nos 17 meses do governo Lula.

Número de empregos gerados nos cinco primeiros meses do ano

No acumulado de janeiro a maio, o emprego ficou positivo em todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas. O maior crescimento foi registrado no setor de Serviços, com saldo de 623.920 postos formais, totalizando 57,3% dos empregos gerados no ano, com destaque para atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que geraram 244.444 postos e para as atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com geração de 230.689 postos formais.

O setor da Indústria apresentou saldo de 209.575 postos de trabalho no ano, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (19.388) e fabricação de veículos automotores (19.267). A Construção Civil também foi outro

gerador de empregos, com saldo de 159.203 postos. A geração de vagas também foi positiva no Comércio (50.374) e na Agropecuária (45.888).

Setores que mais geraram empregos no mês de maio, por ordem

Serviços 69.309 vagas;
Agropecuária (19.836),
Construção (18.149),
Indústria (18.145) e ;
Comércio (6.375).

Por estados

Entre os estados, com exceção do Rio Grande do Sul, que teve uma grande queda na geração de postos (-22.180) em razão das enchentes ocorridas, todos os estados apresentaram saldo positivo.

A maior geração ocorreu em São Paulo, com saldo de 42.355 postos (+0,3%), destaque para serviços (18.781) e agropecuária (14.476).

Em seguida, vem Minas Gerais, que teve saldo positivo de 19.340 postos (+0,4%) e o Rio de Janeiro, com geração de 15.627 postos (+0,4%).

Renda estável

A renda do trabalhador se manteve estável sendo o valor médio real de admissão, em maio, de R\$2.132,64. No mês anterior (abril) o salário médio foi de R\$2.135,94.

Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, o que desconta mudanças decorrentes da sazonalidade do mês, o ganho real foi de R\$61,20 (+3,0%).

Com informações do Ministério do Trabalho e Emprego

DOU publica nomeação de Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para o TST

Novo ministro ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Emmanoel Pereira



Foto Gustavo Lima/STJ

A26/6/2024 - O Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (26) publicou o ato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que nomeia Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga

destinada à advocacia. Gonçalves assumirá a vaga deixada pelo ministro Emmanoel Pereira, que se aposentou em outubro de 2022.

A indicação e a nomeação seguem a regra constitucional de que um quinto dos 27 integrantes do TST deve ser composto por pessoas vindas da advocacia ou do Ministério Público do Trabalho (MPT), com mais de 10 anos de exercício na profissão. As demais vagas são destinadas à magistratura do trabalho.

Na semana passada, Gonçalves foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que aprovou sua indicação. Em seguida, a indicação seguiu para o Plenário do Senado, onde recebeu 62 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção.

SECOM - Secretaria de Comunicação

Número de suicídios entre agentes de segurança dispara no Brasil

Pesquisa do Governo Federal indica que 129 profissionais de segurança pública tiraram a própria vida em 2023



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Cresce o número de suicídios entre os agentes de segurança

Sim, nós precisamos falar sobre isso, sim. Ao ler o Mapa da Segurança Pública do Ministério da Justiça, não tem como não se espantar com o aumento assustador dos casos de suicídio entre profissionais da segurança.

Estamos falando de policiais (civil, militar, rodoviários, federais), agentes de segurança e servidores de penitenciárias.

A pesquisa do Governo Federal divulgada agora em 2024 usa os dados estatísticos de 2023 referente a todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

Para saber se o número de servidores da segurança que tiraram a própria vida aumentou ou não, o Ministério da Justiça compara os dados de 2023 com 2022. Obviamente, os números de 2024 só serão fechados no fim do ano.

129 profissionais da segurança pública interromperam a própria vida. Em todo o Brasil o número de suicídios aumentou 31,63% nesse segmento. Na região Norte brasileira o aumento foi de 650%. Na região Sudeste, 57,58%. No Sul, 21,5%

Esses números precisam ser encarados como uma tragédia para qualquer política de segurança pública.

O primeiro ponto de uma estratégica eficaz nessa área, seja ela qual for, é o ser humano que está imbuído da responsabilidade. Sobretudo policiais.

Será que essa constatação macabra e extremamente triste vai servir de alerta para que, finalmente, se olhe com seriedade para os homens e mulheres que estão à frente da segurança pública?

Fonte: R7

MAPA DA SEGURANÇA PÚBLICA (ANO-BASE 2023)



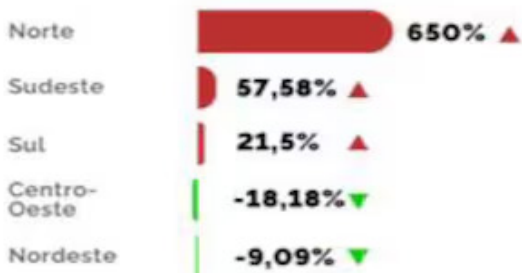
SUICÍDIO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

98 vítimas em 2022
 129 vítimas em 2023
 Aumento de **▲ 31,63%** em relação ao ano anterior
 0,35 vítimas por dia



93,8% do sexo masculino

Varição Percentual por Grande Região, comparando 2022 e 2023.



UF's com maiores aumentos percentuais de vítimas. 2022-2023.

Amazonas	300%
Rio Grande do Norte	300%
Rio de Janeiro	150%
Rio Grande do Sul	50%
São Paulo	48,15%

Varição percentual de vítimas por instituição. 2022-2023.

Polícia Militar	39,13%
Polícia Civil	20%
Corpo de Bombeiro Militar	-40%
Profissionais de Perícia	0

Maiores variações percentuais de UF's, comparando 2022 e 2023:



Fonte: Sinesp (Dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal). Período: janeiro a dezembro de 2022 e 2023.



ATENÇÃO!



PLP 42/2023
APOSENTADORIA
ESPECIAL

Audiência Pública:
Comissão de Previdência,
Assistência Social,
Infância, Adolescência e
Família – CPASF

Dia 03 /07/2024 às 14h

SUA PRESENÇA É
FUNDAMENTAL



Confederação Nacional dos Vigilantes

APOIO

Federações e Sindicatos filiados

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF